
Estudo Técnico Preliminar - ETP

Assunto Geral

Atualização: 11/08/2023 – Versão 1.0



CIDADE DE
PRESIDENTE
PRUDENTE

FICHA TÉCNICA

Prefeito Municipal

Edson Tomazini (Ed Thomas)

Vice-Prefeito

Izaque Silva

Elaboração

Fulano de Tal



CIDADE DE
PRESIDENTE
PRUDENTE

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS	3
3 – ESTIMATIVA DA DEMANDA.....	3
4 – ANÁLISE DE MERCADO	4
4.1 – Identificação das soluções	4
4.2 – Análise comparativa de soluções	4
4.2.1 – S1: Descrição	4
4.2.2 – S2: Descrição	5
4.2.3 – S3: Descrição	5
4.3 – Comparativo final	6
5 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	6
6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO IDENTIFICADA.....	7
6.1 – Resultados pretendidos	8
6.2 – Providências iniciais	9
7 – ANÁLISES DE RISCOS.....	9
8 – CONCLUSÃO	9
Anexos	9

1 – INTRODUÇÃO

Em consonância com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Este capítulo deve trazer resposta para as seguintes perguntas:

- Como surgiu a necessidade deste estudo?
- Quem determinou a abertura do ETP?
- Quem serão os servidores que vão elaborar?
- O que existe hoje do Município sobre o assunto?
- Qual o problema e qual a pergunta a ser respondida? Exemplo: “Qual a melhor solução para o abastecimento da frota municipal?”

2 – DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

Em atendimento ao art. 18, §1º, I, da Lei nº 14.133/2021, neste capítulo será definido o objeto necessário com base em uma problemática.

Este capítulo deve trazer resposta para as seguintes perguntas:

- Porque da forma que esta atualmente não serve mais?
- É apenas para validar?
- Qual o fluxo atual e quais os pontos dele devem ser alterados?
- Quais as anotações e posicionamentos do gestor e fiscal do contrato atual?
- Resumidamente, qual o objetivo se pretende? Qual o resultado final ideal?

3 – ESTIMATIVA DA DEMANDA

Em atendimento ao art. 18, §1º, IV, da Lei nº 14.133/2021, neste capítulo serão definidos os quantitativos cabíveis ao atendimento da demanda.

Este capítulo deve trazer resposta para as seguintes perguntas, sempre com embasamento do acesso à relatórios e demandas, que devem ser inseridas nos anexos para comprovação:

- Quais as quantidades necessárias de tudo que for possível mensurar?
- Quais os números pertinentes ao objeto?
- Estima-se uma margem de erro? De quanto?

4 – ANÁLISE DE MERCADO

4.1 – Identificação das soluções

Em atendimento ao art. 18, §1º, V, da Lei nº 14.133/2021, quanto ao OBJETO, identificamos as seguintes soluções:

Solução	Locais de identificação/referência
1 – DESCRIÇÃO RESUMIDA	<ul style="list-style-type: none">• Presidente Prudente/SP (EXEMPLO)
2 – DESCRIÇÃO RESUMIDA	<ul style="list-style-type: none">• Pregão Eletrônico nº 21/21 TCE/SP (EXEMPLO)
3 – DESCRIÇÃO RESUMIDA	<ul style="list-style-type: none">• Credenciamento nº 12/2022 Prefeitura Municipal de Juruena/MT (EXEMPLO)

Este capítulo deve trazer, resumidamente, as opções pesquisadas no próprio Município ou em outros entes, colocando sempre que possível em anexo os documentos comprobatórios. Podem ser identificadas mais ou menos opções de acordo com o tema do objeto.

4.2 – Análise comparativa de soluções

4.2.1 – S1: Descrição

Este capítulo deve trazer, detalhadamente, a primeira alternativa para a resolução do problema, que, se for caso de validação, pode ser o atual cenário. Ele deve trazer com detalhes o que esta opção oferece, analisando criteriosamente as vantagens e desvantagens. Deve incluir ainda as tabelas de custos aferidos (se for usar dados antigos indica-se atualizar a inflação no objeto).

Analisa-se que as **vantagens** são:

- Lista 1
- Lista 2

Analisa-se que as **desvantagens** são:

- Lista 1
- Lista 2

Quanto aos custos levantados dentro do atual contrato, seguem abaixo desenvolvidas as análises:

Neste momento a tabela deve ser detalhada e didática de cada etapa do custo aferido.

4.2.2 – S2: **Descrição**

Este capítulo deve trazer, detalhadamente, a segunda alternativa para a resolução do problema. Ele deve trazer com detalhes o que esta opção oferece, analisando criteriosamente as vantagens e desvantagens. Deve incluir ainda as tabelas de custos aferidos (se for usar dados antigos indica-se atualizar a inflação no objeto).

Analisa-se que as **vantagens** são:

- Lista 1
- Lista 2

Analisa-se que as **desvantagens** são:

- Lista 1
- Lista 2

Quanto aos custos levantados dentro do atual contrato, seguem abaixo desenvolvidas as análises:

Neste momento a tabela deve ser detalhada e didática de cada etapa do custo aferido.

4.2.3 – S3: **Descrição**

Este capítulo deve trazer, detalhadamente, a segunda alternativa para a resolução do problema. Ele deve trazer com detalhes o que esta opção oferece, analisando criteriosamente as

vantagens e desvantagens. Deve incluir ainda as tabelas de custos aferidos (se for usar dados antigos indica-se atualizar a inflação no objeto).

Analisa-se que as **vantagens** são:

- Lista 1
- Lista 2

Analisa-se que as **desvantagens** são:

- Lista 1
- Lista 2

Quanto aos custos levantados dentro do atual contrato, seguem abaixo desenvolvidas as análises:

Neste momento a tabela deve ser detalhada e didática de cada etapa do custo aferido.

4.3 – Comparativo final

Diante de todo o exposto, visando aos aspectos estabelecidos, a tabela abaixo dispõe, em ordem de vantajosidade, um comparativo final:

Tabela 1 - Tabela comparativa entre soluções

Solução	Custo/Despesa total Mensal	Custo/Despesa total anual	% em comparação ao S1 (cenário atual)
S2	X	X	X
S3	X	X	X
S1	X	X	

Em suma, entre a S2 e a S1 há uma economia anual de XXX.

5 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Quanto à estimativa do valor da contratação, o modelo de solução proposta S2, em pesquisa de mercado em licitações semelhantes, se apresenta como abaixo descrito:

Tabela 2 - Variação das taxas administrativas sobre a solução em questão

Contrato	Órgão	Valor
x	Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo	x
x	Consórcio Interfederativo Santa Catarina	x
x	Câmara Municipal de Chapadão do Céu	x
x	Tribunal de Justiça do Estado do Acre	x
x	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais	x
x	Governo do Estado do Espírito Santo	x
x	Município de Presidente Prudente - SP	x
	Média	X
	Mediana	X

6 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO IDENTIFICADA

Este capítulo deve trazer detalhadamente, como a solução se enquadraria melhor para ser a solução ideal. Para isso pode ser necessárias reuniões com empresas do ramo, que inclusive poderão ser identificadas neste capítulo com nome/telefone.

Após as devidas análises ofertadas nos cenários propostos, identificou-se como parte dos requisitos indicados o abaixo exposto:

Requisitos mínimos da contratação para os resultados pretendidos:

- X
- X
- X
- X

Requisitos de sustentabilidade:

- X
- Cumprir as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos;
- Cumprir diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pela Lei nº 12.305/10;

- Utilizar materiais recicláveis no acondicionamento e embalagem individual dos bens a serem transportados, utilizando o menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Visando situações específicas, há de se considerar, ainda, de forma discricionária, a inclusão de requisitos que otimizariam a gestão contratual conforme abaixo:

- X
- X
- X
- X

Quanto à forma de contratação, trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogados por iguais períodos (vide art. 107 da Lei nº 14133/2021).

Indica-se ainda:

- a) Exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos (art. 67, § 5º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) O valor percentual relativo à taxa de administração será fixo e irrevogável durante a vigência do contrato e de suas possíveis prorrogações, mesmo que seja negativo.

6.1 – Resultados pretendidos

Os resultados pretendidos com a presente contratação, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável, são:

- Em relação à eficácia: atendimento de todas as demandas no suporte à atividade finalística do órgão;
- Quanto à eficiência: assegurar a continuidade da prestação de tais serviços e do uso racional dos recursos financeiros.

Com a contratação dos serviços em questão busca-se também atender ao princípio da **economicidade**, cuja meta é a obtenção da **melhor relação custo-benefício** possível que uma alocação de recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que os serviços sejam realizados de forma rápida, econômica e sustentável.

6.2 – Providências iniciais

Como há um contrato em vigência, necessária adequação do ambiente organizacional. Nesse aspecto ponderamos que aparenta pertinente as seguintes providências iniciais:

- Possíveis estudos para análise dos impactos positivos no mercado de trabalho local, assim como da qualificação de mão de obra da área;
- Capacitações e/ou visitas em setores públicos nos quais o objeto já tenha sido contratado para troca de experiências;
- Elaboração de cronograma de migração entre as soluções;
- Designação e capacitação dos fiscais e gestores contratuais elencados.

Por fim, não se observa a necessidade direta de contratações correlatas e/ou interdependentes.

7 – ANÁLISES DE RISCOS

A análise de risco na origem, conforme Política de Gestão de Risco em vigor, encontra-se no **anexo IV**.

8 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, declara-se ser viável **a contratação desse serviço**, devendo dar prosseguimento ao processo de contratação dentro das condições indicadas.

Anexos

I. **Relatório X**

II. Relatório Y

III. Estudos Técnicos Preliminares recentes sobre o assunto em outras esferas públicas

IV. Análise de Risco na Origem

V. Pregão 21/21 do TCESP completo